

Diário Oficial

do Estado de São Paulo — (E. U. do Brasil)

NÚMERO DO DIA ... CR\$ 4.40

NÚMERO ATRAZADO DO ANO CORRENTE... CR\$ 4.40

Diário do Executivo

INTERVENTORIA FEDERAL

DECRETO-LEI N. 14.172, DE 6 DE SETEMBRO DE 1944

Dispõe sobre abertura de um crédito especial de Cr\$ 1.800.000,00.

Código Local: — 6 — Defesa Sanitária.
Código Geral: 8.41.4 — Despesa — Saúde Pública
Assistência Hospitalar — Despesas — Despesas Diversas.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n. V, do decreto-lei federal n. 1.202, de 8 de abril de 1933,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica aberto, na Secretaria da Fazenda, à Secretaria da Educação e Saúde Pública, um crédito especial de Cr\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil cruzeiros), destinado as despesas com a instalação do Hospital Sanatório Adhemar de Barros, de Sapopemba, em São José do Rio Pardo, com a seguinte distribuição:

Cr\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros), para pessoal, material de consumo, subsistência e manutenção dos doentes, farmácia, energia elétrica, roupas, etc. e Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) para equipamento geral, incluindo Rato X, frigorífico, móveis, cozinha, consultórios, enfermarias, etc.

Artigo 2.º — O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes do excesso de arrecadação prevista para o corrente exercício.

Artigo 3.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 6 de setembro de 1944.

FERNANDO COSTA

Francisco D'Auria

Sebastião Nogueira de Lima.

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria da Interventoria, aos 6 de setembro de 1944.

Victor Caruso,

Diretor Geral.

DECRETO-LEI N. 14.173, DE 6 DE SETEMBRO DE 1944

Dispõe sobre abertura de um crédito especial de Cr\$ 636.700,00.

Código Local: — 1 — Instalação de Serviços Novos.
Código Geral: — 8.54.4 — Despesa — Fomento — Fomento Industrial — Despesas Diversas.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n. V, do decreto-lei federal n. 1.202, de 8 de abril de 1933,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica aberto, na Secretaria da Fazenda, à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, um crédito especial de Cr\$ 636.700,00 (seiscentos e trinta e seis mil e setecentos cruzeiros), destinado a ocorrer às despesas a serem realizadas pelo Departamento da Produção Industrial, no período de 1.º de junho a 31 de dezembro de 1944, sendo Cr\$ 336.700,00 (trezentos e trinta e seis mil e setecentos cruzeiros) com pessoal e Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) com material.

Parágrafo único — O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes do excesso de arrecadação do corrente exercício.

Artigo 2.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 6 de setembro de 1944.

FERNANDO COSTA

Francisco D'Auria

J. de Mello Moraes.

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria da Interventoria, aos 6 de setembro de 1944.

Victor Caruso,

Diretor Geral.

DECRETO N. 14.174, DE 6 DE SETEMBRO DE 1944

Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado em SANTA ISABEL, propriedade do sr. Joaquim Pereira de Souza, onde funciona o Grupo Escolar local.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, de acordo com o decreto n. 5.427, de 5 de março de 1932, resolve aprovar o contrato celebrado na Secretaria da Educação e Saúde Pública, para locação ao Governo do Estado, pelo prazo de 5 (cinco) anos, mediante os aluguéis de Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros) mensais, de um prédio situado em Santa Isabel, propriedade do sr. Joaquim Pereira de Souza, onde funciona o Grupo Escolar local.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 6 de setembro de 1944.

FERNANDO COSTA

Sebastião Nogueira de Lima

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria da Interventoria Federal, aos 6 de setembro de 1944.

Victor Caruso — Diretor Geral

DECRETO N. 14.175, DE 6 DE SETEMBRO DE 1944

Dispõe sobre mudança do nome do distrito policial de Embura e sobre transferência da respectiva sede.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições,

Decreta:

Artigo 1.º — O distrito policial de Embura — 6.º distrito da 11.ª circunscrição policial da Capital — passa a denominar-se Cipó, sem alteração das respectivas divisas, ficando a sua sede transferida para a estação que tem este nome.

Artigo 2.º — O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 6 de setembro de 1944.

FERNANDO COSTA,

Alfredo Issa

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria da Interventoria, aos 6 de setembro de 1944.

Victor Caruso — Diretor Geral

DECRETO N. 14.176, DE 6 DE SETEMBRO DE 1944

Declara de utilidade pública a desapropriação de uma área de terreno e respectivas benfeitorias, nesta Capital, distrito de paz da Liberdade.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando da atribuição que lhe confere o artigo 6.º do decreto-lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941, e nos termos dos artigos 4.º e 5.º do mesmo diploma legal,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a fim de ser adquirida pela Fazenda do Estado, mediante desapropriação judicial ou amigável, uma área de terreno com as respectivas benfeitorias, situada no município desta Capital, distrito de paz da Liberdade, no quarteirão limitado pela Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, Rua Riachuelo, Praça João Mendes, Avenida Circular e Avenida Itororó, e indicada pelas anotações A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, A, na planta que com este baixa, rubricada pelo Secretário da Viação e Obras Públicas.

Artigo 2.º — É declarada a urgência da desapropriação a que se refere o presente decreto, para efeito de imissão de posse no imóvel descrito no artigo 1.º, na conformidade do art. 15 do citado decreto-lei n. 3.365.

Artigo 3.º — A fim de ocorrer às despesas com a execução do artigo 1.º, será aberto, oportunamente, mediante novo decreto, o crédito especial necessário.

Artigo 4.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 6 de setembro de 1944.

FERNANDO COSTA

J. A. Marrey Junior

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria da Interventoria, aos 6 de setembro de 1944.

Victor Caruso — Diretor Geral.

PALÁCIO DO GOVERNO

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

DECRETOS DE 6 DE SETEMBRO DE 1944

— Nos termos do decreto n. 13.943, de 17 de abril de 1944, foi dispensado o extranumerário mensalista Osvaldo Duarte Gonçalves da função de auxiliar de escrita, referência VII (sete), do Departamento do Serviço Público, por ter entrado em exercício na função de Assistente de Administração (Seleção e Aperfeiçoamento) do referido Departamento.

— Declarando findo, a pedido, o afastamento do sr. Francisco de Paula Araújo Cunha chefe de Seção da Secretaria da Educação e Saúde Pública, posto à disposição do D.S.P., por decreto de 16.4-42, nos termos do artigo 10, do Decreto-lei 12.521, de 23-1-42.

UNIVERSIDADE DE S. PAULO

Decretos de 5.9-44:

Nomeando, nos termos do art. 2.º parágrafo 2.º da Resolução 126, de 22-5-44, em caráter interino, D. Magali Catunda Marques, para exercer o cargo de 4.º escrivão da Faculdade de Farmácia e Odontologia, na vaga de D. Maria Bittencourt Velloso, com os vencimentos do Padrão D (seiscentos e cinquenta cruzeiros) (Cr\$ 650,00), devendo a despesa onerar, no presente exercício, a verba n. 272 alínea 021, do orçamento vigente.

Exonerando, a pedido, nos termos do art. 93, parágrafo 1.º letra "a" do decreto-lei 12.273, de 28-10-41, D.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

Diretor efetivo: NUD MENNUCCI

Diretor em comissão

MANOEL NOGUEIRA DE CARVALHO

Gerente em comissão: CYRO DE ARAUJO CINTRA
Redator secretário: JOAO DE OLIVEIRA FILHO

Rua da Glória ns. 358-364 - C. Postal, 231-B

Maria Bittencourt Velloso, do cargo de 4.ª escrivãria, interna da Faculdade de Farmácia e Odontologia.

Nomeando o dr. Adriano José Marchini, para exercer, em comissão, nos termos do art. 16, inciso I do decreto-lei n. 12.273, de 28-10-41, combinado com o artigo 24 do decreto-lei n. 13.979, de 16-5-44, o cargo de Superintendente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, a contar de 11 de agosto último, com os vencimentos do padrão "P" (Cr\$ 4.500,00) (quatro mil e quinhentos cruzeiros), devendo a despesa onerar, no presente exercício, a verba 276 - 0-02-021, do orçamento vigente.

Contratando, devidamente autorizado pelo Senhor Presidente da República, por despacho de 20 de julho próximo passado, o professor George Renato Levi, para exercer o cargo de 1.º assistente da Cadeira de Física, Química e Química Superior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no período decorrido de 1.º de janeiro a 20 de setembro de 1942, com os vencimentos de Cr\$ 1.200,00 (um mil e duzentos cruzeiros) mensais.

Nomeando o veterinário Práxis João Martins para, nos termos do artigo 90 e parágrafo 2.º, combinado com o artigo 273 do decreto-lei 12.273, de 28-10-41, e com base no parecer 1569 do D.S.P., junto ao Processo 778 da Reitoria da Universidade, substituir, a contar de 8 de agosto último, o dr. Armando Chieffi, preparador da 8.ª cadeira — Zootecnia Especial e Exterior dos Animais Domésticos — da Faculdade de Medicina Veterinária, durante o seu impedimento, onerando a despesa, no corrente exercício, a verba 282 (8.31.0), 02, 021, do respectivo orçamento.

Pondo, à disposição da Coordenação da Mobilização Econômica, e tendo em vista o que dispõe o inciso III do art. 4.º do decreto-lei federal n. 4750, de 28 de setembro de 1942, o sr. Rui Bloem, secretário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, para servir junto à Comissão de Abastecimento do Estado de São Paulo (CAESP), criada pela Portaria n. 114, de 24 de julho de 1943 da mesma Coordenação, a partir de 5 de agosto último, sem prejuízo dos vencimentos e das demais vantagens do seu cargo efetivo.

Dispensando, a pedido, nos termos do art. 94, letra "a" do decreto-lei 12.273, de 28-10-41, o sr. dr. GEORGE O'NEILL ADDISON, das funções de assistente extraquadrado da 19.ª cadeira — Citologia e Genética — da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", (referência XVI), a contar de 1.º de setembro corrente.

Declarando sem efeito o decreto de 13 de junho último, que afastou do exercício do seu cargo D. Hilda Macedo, 4.ª escrivãria do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda.

Concedendo ao sr. Ulisses Abranches, servente da Escola Politécnica, prestando serviços no Hospital-Santa-Gloria do Mandaqui, noventa (90) dias de licença para tratar-se, nos termos do artigo 165 do decreto-lei 12.273, de 28-10-41, a partir de 14 de agosto p.p.

JUSTIÇA E NEGÓCIOS DO INTERIOR

Decretos de 6 do corrente:

Autorizando:

d. Yole de Battistis, estagiária, extranumerária, da Diretoria Geral do Departamento de Serviço Social do Estado, a afastar-se do exercício de suas funções, sem prejuízo do respectivo salário, no período de 8 a 13 do corrente mês, a fim de participar da semana de estudos sobre serviço social a realizar-se no Rio de Janeiro, nos termos do art. 47, do decreto-lei n. 12.273, de 28 de outubro de 1941;

d. Anna Maria Wey, estagiária, extranumerária, do Departamento de Serviço Social do Estado, a afastar-se do exercício de suas funções, sem prejuízo do respectivo salário, no período de 8 a 13 do corrente mês, a fim de participar da semana de estudos sobre serviço social a realizar-se no Rio de Janeiro, nos termos do art. 47, do decreto-lei n. 12.273, de 28 de outubro de 1941;

d. Lourdes Carneiro Fortes, estagiária, extranumerária da Diretoria Geral do Departamento de Serviço Social do Estado, a afastar-se do exercício de suas funções, sem prejuízo do respectivo salário, no período de 8 a 13 do corrente mês, a fim de participar da semana de estudos sobre serviço social a realizar-se no Rio de Janeiro, nos termos do art. 47 do decreto-lei n. 12.273 de 28 de outubro de 1941;

d. Anna Rosa de Camargo Moura, pesquisadora social, extranumerária do Departamento de Serviço Social do Estado, a afastar-se do exercício de suas funções, sem prejuízo do respectivo salário, no período de 8 a 13 do